

RELATOS DE EXPERIENCIA

O educativo nos movimentos populares: um relato de experiência.

Nelcy das Neves RAMOS *



* Professora Adjunta do DMTE, FAE/UFMG
Mestre em Educação, PUC/RJ

Este relato foi feito a partir de uma pesquisa financiada pelo CNPq intitulada "O papel do Pedagogo junto a Creches Comunitárias" e de uma assessoria pedagógica que vem sendo realizada, junto a um grupo de mães crecheiras, pelo Centro de Extensão da FAE/UFMG.

Pretende-se apresentar, aqui, a busca de respostas para questões relativas ao papel do Pedagogo em movimentos populares, neste caso, por uma creche comunitária.

Como pesquisadoras, participamos, a professora Maria das Graças de Castro Sena, eu e, como auxiliar de pesquisa, a professora Maria Lúcia Castanheira.

Como interlocutores das pesquisadoras, em alguns momentos, houve a participação do professor Miguel González Arroyo e de um grupo de membros do Graal.**

Pode-se sentir, ainda, através do texto, a presença das mulheres do Palmares que fazem um pouco da história do povo brasileiro, forjando sua consciência na luta pela sobrevivência e afirmação de sua classe. São elas que nos guiaram, presentes, aqui, em cada palavra, fortes e inteiras: Dodora, Sônia, Viturina, Maria Dutra, Neide, Aparecida, Lourdes, D. Geralda, D. Maria do "seu" Silvério, Lourdinha, Lílca, Fátima, Rosário, Tita, Maria do Carmo e tantas outras que, no Palmares, se unem e descobrem sua força nessa união em lutas comuns.

INTRODUÇÃO

Aqui se apresenta o fruto de uma pesquisa junto a um grupo de mães da classe trabalhadora que se esforçam por organizar-se em associações, fortalecer-se e assumir uma creche comunitária.

Esse trabalho orientou-se pela reflexão sobre algumas questões relativas às formas de organização e participação da classe trabalhadora no meio urbano, tendo como ponto de partida uma proposta inicial de assessoria pedagógica a Creches Comunitárias, relacionando-a com o movimento mais amplo do processo educativo dessa classe.

Como pedagogos, buscamos assumir uma indagação sobre nosso papel em movimentos comunitários que cercam a escola. Uma das nossas hipóteses era que o conhecimento, em relação ao educativo que perpassa fora dos muros escolares, poderia se constituir em pista para um posicionamento sobre o que seria uma escola de classe trabalhadora.

Nessa perspectiva, pretendeu-se romper com o reducionismo que aprisiona o pedagógico aos limites da escola. Busca-se, assim, a compreensão da estruturação e funcionamento de um movimento comunitário, (ainda que especificamente voltado para a questão escolar: uma creche) numa dimensão social que engloba o direito à escolarização numa luta maior pelo direito da classe trabalhadora à educação, enquanto afirmação de uma identidade de classe, de uma cultura e de um saber coletivo.

Acreditamos que essa é a leitura possível de se fazer da dinâmica social, na qual se tenta apreender o movimento dessas classes na busca de afirmação, enquanto sujeitos do processo histórico.

Sabemos dos riscos desta postura, como nos alerta ARROYO (1986):

*"quando um grupo de educadores passa a dar ênfase ao direito à educação e não apenas à escolarização e passa a prestar atenção aos processos educativos que se dão na prática social e se propõem teorizar sobre essa realidade, criar espaços e metodologias para essa prática educativa e tentam integrar a educação escolar nessa prática social mais global, essa postura é pichada de populismo pedagógico, antescola, conservadorismo de vanguarda, mitificação da cultura popular."*¹

Ainda assim, continuamos a afirmar o nosso envolvimento, enquanto professora do Curso de Pedagogia, (das disciplinas do currículo específico da formação do Orientador Educacional) num projeto de Assessoria Pedagógica a Creches Comunitárias, pretendendo redimensionar o pedagógico ao ultrapassar a discussão da prática escolar. Não se nega a importância dessa discussão, mas acreditando que o seu significado só será apreendido se vinculado a uma leitura histórica da formação social do povo brasileiro.

Nessa leitura, a cultura e o saber são produzidos por classes sociais contraditórias e o direito à educação é contextualizado num movimento mais amplo que envolve a luta por condições de sobrevivência e pelo respeito aos seus direitos de cidadãos.

*"Continuar na busca de um projeto alternativo de escola para esta classe social significa conhecer também o seu projeto de vida, suas relações sociais e de trabalho, que se concretizam no indivíduo. Este é um dos caminhos para se continuar buscando formas de atuação dos especialistas do ensino que estejam comprometidos com um ensino melhor para as camadas majoritárias da população."*²

O local onde atua o grupo de mães que fazem parte deste estudo é um bairro de classe popular da cidade de Ibirité. Palmares é um bairro característico de periferia de cidades. Congrega trabalhadores de indústria, construção civil e serviços característicos de subemprego (pedreiros que trabalham por conta própria, eletricitistas ambulantes, biscateiros, faxineiras, empregadas domésticas, etc.).

O traçado irregular das ruas, que se fazem ao sabor dos acidentes do terreno, os loteamentos em vales e ribanceiras, as casas eternamente inacabadas, a condução precária e insuficiente, a falta de esgoto, calçamento, escolas, as pequenas hortas nos quintais, as crianças brincando na rua, a "pelada" são também características desse bairro.

Trabalhamos com o grupo de mães a partir da sua organização em Associação (Associação Feminina Unidos do Palmares) e em Clube de Mães (Clube de Mães São Judas Tadeu). Quando as mães instalaram a Creche Amor de Mãe sentimos a necessidade de uma maior sistematização do trabalho em uma pesquisa.

UM POUCO DA HISTÓRIA DESSE GRUPO DE MULHERES

Em maio de 1984 entramos em contato com um grupo de mulheres que constituía, desde 1982, o "Clube de Mães São Judas Tadeu" do Bairro Palmares, localizado no Município de Ibirité, cuja sede dista cerca de 25 km do

** O Movimento Graal foi fundado em 1921 por um padre holandês e funciona basicamente com a participação de mulheres envolvidas com o projeto de transformação da realidade social, em vários países do mundo.

1. ARROYO, Miguel González, O Direito do Trabalhador à Educação. IV Conferência Brasileira de Educação, Goiânia, 1986 (mimeo.)

2. SENNA, Maria das Graças de Castro. Orientação Educacional no cotidiano das 1ªs. séries do 1º Grau. São Paulo, Loyola, 1985. (87-88).

centro de Belo Horizonte e 10 km da Cidade Industrial.

O objetivo do Clube de mães era oferecer cursos de artesanato para as mulheres do bairro: corte e costura, tricô, crochê, contas de lágrimas, cerâmica, bordado à mão e à máquina, etc.

Com o aumento do número de participantes, da casa de uma delas passaram a se reunir num boteco que estava desativado e, posteriormente, encontravam-se no salão da Igreja, porque era o local mais espaçoso da comunidade.

Ali, permaneceram por pouco tempo, considerando que o pré-escolar também funcionava no salão (de manhã e à tarde) e as máquinas de costura e os retalhos não podiam ficar expostos.

Logo depois fizeram contato com o SERVAS e o CEAPS (da Secretaria do Trabalho) e conseguiram, também com a venda do material que fabricavam, pagar aluguel de uma casa para que o Clube de Mães tivesse melhores condições de funcionamento.

Com o passar do tempo surgiu, no próprio Clube de Mães, a idéia de fundar uma creche, com um duplo objetivo. De um lado uma justificativa era o grande número de mulheres que cada vez mais procuravam emprego como domésticas e faxineiras, devido ao fato de que seus maridos, desempregados, ou até mesmo os empregados, não conseguiam cobrir as despesas mínimas da família. Assim, um local adequado para essas mulheres deixarem seus filhos é um problema concreto, da maior gravidade, que elas enfrentam no seu cotidiano. Por outro lado, para o grupo de mulheres que seria responsável pela creche, apresentavam-se duas perspectivas: a possibilidade de serem remuneradas pelo seu trabalho e de desenvolver um trabalho que fosse significativo para a comunidade.

A perspectiva de receber uma remuneração, (o que só foi possível muito posteriormente e, ainda assim, uma remuneração mínima) apresentava-se como uma tentativa de superação do trabalho voluntário, que vinham realizando há mais de quatro anos no Clube de Mães. Se, por um lado, os membros de instituições como SERVAS, SECRETARIA DO TRABALHO (CEAPS), LBA, valorizam, com seu discurso, o significado do trabalho voluntário, por outro lado, aquelas mulheres começaram a questionar se era "justo" aquele discurso, justamente por elementos que muitas vezes recebiam salários de mais de um órgão. Elas estavam se sentindo pouco valorizadas, sem reconhecimento pelo trabalho que

realizavam e, em alguns momentos, até mesmo exploradas.

Outro objetivo explicitado pelo grupo era fazer um pré-escolar na creche que facilitasse, ou melhor, preparasse as crianças para o 1º Grau. O grupo tem consciência da importância dessa atividade para o rendimento das crianças ao ingressarem na escola, e demonstrou muita preocupação com o "fracasso" no processo de alfabetização.

O nosso contato com esse grupo de mulheres deu-se através de um padre de uma Comunidade Eclesial de Base, que acompanhava o trabalho do grupo há vários anos. Essas mulheres haviam requisitado junto a ele a ajuda de uma pedagoga para planejar e concretizar o funcionamento da creche.

Através dos estudos que fizemos constatamos que os trabalhos relacionados à educação não formal deram uma contribuição significativa às análises do papel da escola como instituição social. Falta-nos, a nós pedagogos, comprometidos com uma escola "boa" para todas as crianças da classe trabalhadora, conhecer essa criança, através de um contato com o cotidiano dessa classe, para assim perceber suas formas de vida, de mobilização, de luta por melhores condições de vida. Pareceu-nos que esse era um dos caminhos (e bastante rico), para refletirmos sobre o papel social do pedagogo e as implicações na sua formação, considerando que somos professoras envolvidas com a habilitação Orientação Educacional, no Curso de Pedagogia.

Como a nossa pretensão inicial era conhecer a criança da classe trabalhadora no seu cotidiano, junto à sua

família e grupo social, pensávamos ser adequado realizar um estudo junto às mães que se propunham criar uma creche para as crianças do bairro e, posteriormente, junto a essas crianças, que ainda não haviam tido contato com a instituição escolar.

Durante as reuniões do Clube de Mães refletimos junto ao grupo no sentido de perceber a semelhança de condições de sua luta com a de outros grupos comunitários da mesma região. A unificação fortalece o projeto político de emancipação das camadas populares. Desta forma, fizemos contato com um grupo de voluntários que participam do Movimento Graal, e que também realizavam trabalhos no Bairro Palmeiras.

Esse grupo lançou a idéia de um encontro entre os diversos movimentos comunitários da região, envolvidos com a Pré-Escola.

As finalidades do "1 Encontro de Grupos Comunitários envolvidos no trabalho de Creche e Pré-Escola da Região de Ibirité" foram: — propiciar condições para o fortalecimento do projeto coletivo de atuação de grupos comunitários; — promover situações que favoreçam a reflexão sobre o trabalho desenvolvido por grupos comunitários em Creches e Pré-Escola; — apresentar subsídios teóricos e práticos que apontem novas perspectivas de atuação no trabalho do dia-a-dia com Creches e Pré-Escola.

A avaliação feita no final do encontro revelou que o mesmo não só respondeu às expectativas de todos, mas ainda houve solicitação da continuidade do trabalho.

Os depoimentos dos participantes evidenciaram que um dos objetivos que



direcionam sua atuação na pré-escola é tentar garantir para suas crianças um rendimento escolar satisfatório na escola de 1º Grau, demonstrando lucidez sobre os problemas que permeiam a sua luta pela sobrevivência da creche e seu trabalho.

Evidenciaram também suas limitações nesta atuação ligadas, principalmente, às condições precárias de funcionamento das instituições e também à falta de formação específica para o seu desempenho junto às crianças.

A FUNDAÇÃO DA CRECHE

No encontro havia ficado claro, no depoimento dos diversos representantes, que o apoio financeiro para as crianças, recebidos dos vários órgãos governamentais, só se fazia presente à medida que a creche estivesse efetivamente instalada, ainda que precariamente. Os fiscais de cada órgão visitavam as instituições, contabilizando o número de crianças, para compor um processo de pedido de verbas. Essas verbas seriam liberadas somente a partir desses relatórios e após um certo período.

O Clube de Mães, após esse encontro, reuniu-se e deliberou iniciar com a creche na sede do clube (composta por uma sala pequenina, dois quatinhos, uma cozinha e um banheiro, sem pátio, ou área que permitisse qualquer atividade das crianças). As mães acharam que deveriam iniciar logo para que verbas fossem rapidamente liberadas e lhes permitissem realizar o "sonho" (depoimento de D. Maria) que era fazer uma creche.

"Sonhavam" com um local adequado e amplo que abrigasse as crianças e o Clube de Mães. Esse último havia ficado restrito a um dos quatinhos da casa, onde todo o material seria amontoado.

A deliberação de iniciar a creche definia, de modo claro, a demanda das mães em relação ao nosso trabalho, naquele momento. O interesse é que repassássemos, às crecheiras, o saber que possuíamos sobre o trabalho pedagógico nas creches e déssemos suporte ao seu trabalho do dia-a-dia.

Naquele momento, a luta pela creche tornava-se um instrumento de organização e fortalecimento do grupo. As mães percebiam que tinham que assumir a educação pré-escolar e reivindicar dos órgãos do Estado condições para sua manutenção.

Os poucos recursos existentes no Clube de Mães foram empregados imediatamente na creche. Improvisaram

material para uso das crianças (copos, pratos, colheres). Às vezes as crianças tinham que se revezar no uso desses materiais devido à sua escassez.

Os alimentos eram o grande problema. Apelou-se para doações até saírem as verbas dos órgãos assistenciais.

Tentamos discutir com as monitoras a possível rotina da creche, com as crianças das diversas idades. Porém, comecei a se delinear uma demanda bem específica das crecheiras que trabalhavam com as crianças de 5 a 6 anos. Percebemos que se sentiam no dever de preparar essas crianças para a Escola de 1º Grau para evitar-lhes o fracasso na 1ª série.

O volume de trabalho enfrentado pelas crecheiras aumentava-lhes mais a certeza de dever lutar por uma remuneração pois ficava claro, para elas, o limite do voluntariado.

A batalha, nos órgãos de Estado que ajudavam na manutenção das creches, envolvia uma parcela razoável do grupo de mães devido às intermináveis viagens de peregrinação às repartições públicas, sujeitas a longas esperas e freqüentes desencontros, pois as audiências marcadas nem sempre são cumpridas. Além disso, os órgãos que liberam verbas exigem freqüência a intermináveis reuniões. Nessas reuniões, nem sempre têm possibilidade de falar, expondo suas idéias e ouvem sempre discursos que apelam ao voluntariado nos trabalhos ditos comunitários.

No primeiro semestre de funcionamento da creche o Clube de Mães teve um retrocesso nas suas atividades com os trabalhos artesanais. As aulas dos cursos haviam sido suspensas por falta de local e como a creche necessitava da renda obtida pela venda dos produtos, deliberou-se que o Clube de Mães precisava novamente ser reativado. A procura de um local adequado movimentou o grupo.

Já no semestre seguinte as crecheiras começaram com outro ânimo o trabalho da creche. Conseguia-se verba para compra de fogão, geladeira, vasilhame, e a alimentação começava a chegar de várias fontes (arroz, feijão, fubá, açúcar, sal, farinha). Agora a luta era tentar enriquecer o cardápio com verduras, aparas de carne e queijos, de açougue e restaurantes em Belo Horizonte.

Havia sido conquistada uma pequena verba do Finsocial e da Frente de Trabalho de Ibirité. O Clube de Mães reunido deliberou pela divisão da verba entre as pessoas que trabalhavam na creche.

O Clube de Mães reiniciara suas atividades em um depósito de material cedido por uma pessoa da comunidade. Em mutirão colocaram, nesse depósito, porta e janelas.

A próxima etapa emergiu naturalmente: luta para se conseguir um bom lote que pudesse ser comprado pela Prefeitura de Ibirité, para que Creche e Clube de Mães não tivessem que peregrinar de um local para outro. A casa onde se encontrava a creche, além de sofrer um grande aumento no aluguel estava ficando de acesso cada vez mais complicado, uma vez que o dono estava fazendo construções de outros barracões na frente e ao lado.

Conseguir o lote foi uma luta árdua e consumiu muito tempo e energia das mães. Finalmente conseguiram um bom lote que foi comprado pela Prefeitura de Ibirité e doado ao Clube de Mães.

A partir do momento em que esse grupo de mulheres decidiu criar a creche, muitas iniciativas foram tomadas. Elas passaram a participar de movimentos de luta pró-creche, a reivindicar ajuda junto aos órgãos assistenciais, a "batalhar" a assinatura de convênios com instituições que liberam verbas para creches, a entrar em contato com políticos, advogados, contadores, etc, no processo de registro da Associação Feminina que haviam criado.

Isso provocou uma certa movimentação entre elas, indo a locais antes nunca frequentados, a entrar em contato com muitas pessoas desconhecidas. O que foi mais interessante é que o acúmulo de tarefas provocou uma distribuição de trabalho entre os vários membros, que antes quase não participavam, ficando muitas vezes centralizado na pessoa da coordenadora do Clube de Mães que, posteriormente, foi eleita a presidente da Associação Feminina.

No próprio bairro, a procura por uma vaga na creche e o esclarecimento das condições para que as crianças fossem matriculadas, passou a ser um motivo de valorização destas mulheres em relação às outras pessoas da comunidade.

Após um ano e meio de funcionamento da creche, elas comentam a importância que tem tido esse trabalho nas suas vidas. Principalmente as "monitoras", que são as responsáveis diretas pelas crianças, se sentem valorizadas e investidas de um poder que lhes dá um certo status diante do grupo.

A METODOLOGIA DO TRABALHO

A metodologia de trabalho proposta, que acreditávamos ser a mais adequada, é a da pesquisa participante.

A pesquisa participante é ainda uma prática incipiente e praticá-la exige perder "o medo de perder-se". É exatamente assim que às vezes nos sentíamos: perdidas. É lógico que tínhamos de enfrentar esse "perder-se". A emoção, por exemplo, permeava todos os contatos com as mães. Nas entrevistas nós nos sentíamos, às vezes, engasgadas. No trabalho com as crianças havia o peso, o cansaço, e por vezes a revolta por suas condições de sobrevivência.

Os caminhos que traçávamos, cuidadosamente, nas nossas reuniões, eram totalmente abandonados quando, junto ao grupo de mães, percebíamos nossos equívocos.

Os erros que cometemos foram sempre lições e nos ajudavam a corrigir a direção da pesquisa.

O nosso farol era sempre a indagação sobre o papel do pedagogo junto àquele grupo. Por vezes mal distinguíamos sua luz à nossa frente. E aí é que o grupo de mães, sempre com suas questões concretas, mostrava-nos o rumo do trabalho.

A relação com o grupo de mães foi essencialmente de troca de saberes. Mas uma troca dinâmica em que ambos os saberes se modificavam na transação.

Iniciamos o trabalho com a pesquisa da história do grupo e a vivência concreta de sua contínua estruturação como tal e de suas lutas pra conquista de seu espaço. Fizemos, de alguma forma, parte dessa luta. Acompanhá-vamos, para esse fim, suas reuniões, assembleias, trabalho no Clube de Mães e na Creche "Amor de Mãe", festas e desavenças, recuos e conquistas.

Acompanhá-vamos também o trabalho com as crianças ainda com o ranço de que a sala de aula é o estritamente pedagógico.

Por fim, compreendemos que buscar o movimento do grupo, apreendê-lo, registrá-lo era tentar encontrar o educativo das lutas populares e compreender o significado do escolar no projeto de classe trabalhadora. Orientamos então nossos esforços para perceber o significado da creche para as mães de alunos e as mães crecheiras. Ouvimos seus depoimentos com fragmentos de sua história de vida, seu trabalho, suas perspectivas de futuro e o significado da creche comunitária.

A partir dos contatos iniciais, quando o gelo e o impacto do relacionamento foi quebrado, vivenciamos um tipo de relação com esse grupo de mulheres, que avaliamos como bastante construtivo. Desde o início tivemos a preocupação de desenvolver uma relação de respeito e de autonomia mútuas, afirm de que não fosse criada uma dependência do grupo em relação à nossa presença. Ficava bem explícito através da nossa participação nas reuniões que o trabalho pertence a elas e que o limite de nossa atuação se configura na "assessoria pedagógica" que nos propusemos prestar-lhes.

A algumas vezes demonstrávamos o nosso desacordo em relação a alguma providência tomada, mas isso se configurava apenas como uma opinião no grupo participante das reuniões.

O nível de envolvimento dessas mulheres com o compromisso assumido nos levava a ficar bastante motivados e a fazer também um trabalho sério e competente, adequado ao nosso papel de pedagogos. Na relação com o grupo, o objetivo comum é um fator que facilita a produtividade e a relação entre os membros do grupo. Elas se sentem estimuladas ao perceberem o nosso interesse e nossa seriedade com o trabalho e de nossa parte, o mesmo acontece. O sentimento que perpassa é de "troca": temos uma competência que lhes é necessária, e elas têm uma vivência, um modo de perceber o mundo e se posicionar nele, que muito nos ensina. Algumas vezes nossas divergências são explícitas (e fazemos questão de não mascará-las), e em outros momentos, vivenciamos sentimentos fortes de solidariedade na luta por um projeto mais justo de sociedade.

OS DEPOIMENTOS

O presente estudo, enquanto um projeto de pesquisa, pretendia desenvolver como tema central a seguinte questão: "quem é essa criança das camadas populares?" Através do levantamento do cotidiano dessas crianças, da história de vida do seus pais, das suas relações interpessoais e sociais e do seu desempenho acadêmico nas atividades pedagógicas, pretendíamos apreender alguns pontos fundamentais que serviriam de subsídios aos profissionais que trabalham com essa clientela, dentro e fora da escola.

Foi com este objetivo que entrevistamos algumas mães das crianças que freqüentam uma das creches, à qual prestamos assessoria pedagógica, como também as suas funcionárias

(merendeiras, coordenadoras e monitoras), levantando fragmentos da sua trajetória e condições de vida e fazendo a contextualização do significado da creche para elas, para seus filhos e para a comunidade.

Na análise dos depoimentos prestados apreendemos algumas categorias e dentre estas constatamos que a sua luta pela sobrevivência, especificamente o trabalho, determina as outras categorias e seu modo de pensar a vida, de refletir a sua história, enfim, de ler a realidade.

Apesar das precárias condições de vida das classes trabalhadoras e a sua desgastante luta pela sobrevivência não constituir nenhuma novidade para nós, que vivemos numa sociedade dividida em classes antagônicas, ainda assim, o relato dessas mulheres, (principalmente no momento da entrevista, em que a relação pesquisador-pesquisado é mediatizada pela emoção) nos sensibilizou bastante.

MELLO (1985), referindo-se aos trabalhos que analisaram as condições de vida do homem contemporâneo, os problemas de trabalho, da necessidade e da liberdade (Marx e outros, após ele), mostra que, apesar de partirem de premissas diferentes, chegam a conclusões não de todo divergentes:

"Traçam, no entanto, o mesmo quadro sombrio e amedrontador da degradação dos homens pela via do trabalho, da reificação e da alienação, da sujeição às necessidades quantitativas e ilimitadas, do esvaziamento da liberdade, substituídas por instâncias subjetivas indefiníveis e da submersão dos indivíduos num coletivo amorfo, que ameaça exterminar o pensamento e a ação criadora".

As lembranças da infância são carregadas de sofrimentos, envolvendo problemas que são, em grande parte, consequência das condições sócio-econômicas de suas famílias: doenças graves dos pais provocando morte em idade prematura, inserção desde muito novas no trabalho pesado (lavoura, faxina de casas, lavagem de roupa, paqueando crianças de quase sua idade, etc., etc. . .)

Passamos a reproduzir alguns trechos das entrevistas acreditando que o relato dessas mulheres muito nos fala . . .

3. MELLO, S. L. A sobrevivência, no campo e na cidade segundo o relato de mulheres da Periferia (Tese de Livre Docência) USP/SP, 1985 (mimeo.).

"O meu sofrimento, desde dez anos de idade, que meu pai ficou fraco da cabeça, internou aqui em Belo Horizonte, logo, de repente, a minha mãe morreu e a gente ficou só. Aí, quando o meu pai voltou pra casa, a gente acabou de criar com ele, com dificuldade e até quando chegou a época que a gente arrumou um casamento e casou."

As condições do pai, enquanto trabalhador explorado, tanto na roça quanto na cidade, fazem parte de suas lembranças da infância:

"Eu acho que o que marcou mais minha vida de infância, foi justamente meu pai: pobre, sem ter nada, igual eu contei, que ele plantava a roça, o patrão ia lá e colhia na hora, isso na roça; quando nós mudamos pra cidade, ele empregou num armazém de café, moagem de café, café em saca, limpa, limpo de café. O meu pai mexia com os sacos, e uma vez ele até quebrou o braço porque duas crianças levadas pegaram a chave, entraram no caminhão e o caminhão saiu andando, ele tentou segurar o caminhão com as mãos, ele quebrou o braço por causa disso aí. E depois, com toda dificuldade, ele não teve quem pagasse ele esse serviço nem nada. Naquela época a pessoa não trabalhava, não comia. Eu lembro que ele ia pro armazém, ele costurava o saco, ele segurava com os dentes o saco e costurava. Isso marcou demais."

Ao lado disso, a relação afetiva que a família estabeleceu também marcou profundamente, a ponto de provocar um desejo de regressão, de voltar atrás . . .

"Na cidade meu pai começou a trabalhar de servente de pedreiro. Esforçado, ganhava pouco, nunca foi fácil nossa vida. Porém, foi uma vida muito alegre, meu pai era muito bom, minha mãe também, carinhosa, boa, sabe; de infância, até que era bom. Se desse pra voltar atrás, eu acho que eu queria até voltar. Apesar dos apertos, queria até voltar."

O cotidiano (apesar da marca da rotina, do acúmulo de tarefas e da ausência de uma remuneração "digna") é permeado por situações emocionantes que gratificam estas mulheres, as "entantam" . . .

"Várias coisas acontecem com as crianças, e tem hora que a

gente pára e morre de rir deles. Igual o caso, tem dois gêmeos aqui, tem hora páro mesmo, só pra eles fazerem gracinha, e a gente rir com eles. Eles são umas gracinhas."

"Uma outra coisa que marcou também, eu lembro muito bem disso, é quando a creche fez um ano de funcionamento, a creche assim, com as crianças dentro, igual eu disse que veio de longe a idéia, mais de funcionamento mesmo quando estava fazendo um ano, nós falamos olha, com as crianças, a creche hoje está fazendo um aninho. Eles começaram a abraçar as paredes da creche e falar parabéns com a creche, isso foi muito emocionante. Eles abraçavam mesmo, parabéns creche, parabéns creche, abraçando as paredes."

Num país em que "poucos têm muito e muitos e muitos sem nada", só lhes resta lutar para que suas crianças tenham dias melhores:

"Pra mim, essa luta pela creche, já falei, eu sou uma pessoa que atua na CEBs*, reflito muito o evangelho, eu penso no próximo, eu amo o meu próximo. Então, é isso que eu vejo a necessidade de acolher essas crianças que precisam ser ajudadas e ajudar essas mães da minha comunidade que são carentes, que são pobres, a ter melhores condições de vida na casa dela, na medida em que ela sai pra trabalhar, ela ganha, ela está ajudando a sua família, melhorando a condição de vida dela e dos filhos dela, com isso me sinto beneficiada, porque esse, pra mim isso, a luta é esta aí, é promover o bem-estar do menor. Eu enfrento isso aí, eu vou nessa luta com esse objetivo, eu trabalho com uma coisa de amor, alguém tem que se beneficiar, eu como pessoa, como filho de Deus que todo mundo é, eu tenho que ajudar meu irmão a ter dias melhores, principalmente as crianças, que são as vítimas, são as que mais sofrem com o problema de viver com a sociedade, são as que mais sofrem. Então, pra mim é isto, o movimento de creche, a luta por creche é isto aí, é o bem-estar, já que nós estamos num país aí que tem muitos, aliás, poucos tem muito e muitos e muitos sem nada, então a gente está nes-

se país aí que os pais das crianças não têm salários dignos pra cuidar de seu filho, é preciso que alguém cuide dessas crianças, enquanto o pai e a mãe estão procurando tratar melhor delas, alguém tem que pensar nisso."

Na trajetória de vida destas mulheres entrevistadas, todas vieram do interior em busca de uma "melhoria" na cidade grande, principalmente em busca da escola para seus filhos:

"Eu vim pra cá, pra Belo Horizonte, a procura de uma melhoria. Bom, tô achando até que tudo tá melhor porque as pessoas aqui são muito humana gente trabalha sempre com as pessoas boa e eu acho que tudo vai melhorar porque eu vim da minha terra com a situação bem pior."

É interessante ressaltar que esta mesma mulher, em todo o seu depoimento mostra como "ainda" não conseguiu nenhuma melhora: não tem um lugar para morar, não pode pagar aluguel, ela não conseguiu que nenhum de seus sete filhos estudasse . . . E lembra da roça como o lugar onde aprendeu tanta coisa boa . . .

"Aprendi, realmente, muitas coisa boa, porque eu aprendi a trabalhar em lavoura e nem lavoura eu entendo muito bem, trabalho muito bem com horta. Intendo de lavoura de prantação de milho, de todas coisa assim da roça. Sei cuidar de criação, de galinha, dessas coisa tudo eu sei. Mais, nada assim de cidade, eu não sei coisa assim da cidade. Então, eu encontro muita dificuldade pra morar na cidade, mais, não tá tendo recurso d'eu ir pra um sítio, um lugar assim pra mim caber de criar os meus filho e, realmente, eu acho que eu tenho que ficar na cidade por causa do estudo dos meninos, eu vou ter que estudar eles."

A passagem do interior para a capital mostrava que várias transformações deveriam acontecer. Até mesmo o modo de falar e de se vestir teria que ser abandonado para não ser ridicularizada, marginalizada . . .

"É, lembro da viagem também, a viagem . . . eu vou contar a viagem, foi assim: Eu vim, né, do interior, e a gente não usava calça comprida, né, naquele tempo, aí, a minha mãe fez um vestido de seda pra mim; ele, aquele vestido assim de seda, eu cheguei aqui em Belo Horizonte, né? - era mais

* CEB = Comunidade Eclesial de Base

atrás, né, uns quinze anos atrás, mas as pessoa já era assim mais moderna, né? eu era do interior, com aquele vestidão comprido. Então, eu tenho pavor de vestido, sabe? eu não uso vestido de jeito nenhum causa disso fiquei com aquele grilo, Cheguei aí, todo mundo com uns vestido mais moderno, né? o meu, aquele vestido de seda, né, seda pura, aquele trem, né, mexendo, rodadão, então não achei legal, ficava olhando todo mundo assim, todo mundo me olhando, como diz: "A caipira, caipira", né? E eu pus aquilo na cabeça, falei assim: Ah, eu não vou usar mais vestido não, nunca mais eu vou usar vestido". Aí, eu detesto vestido por causa disso, é um grilo de cabeça gente, mas ficou marcado, né?"

Também a experiência de casar e ter filhos é permeada por muitas e muitas dificuldades . . .

"igual hoje eu penso . . . eu até peço a Deus pra não acontecer d'eu faltar com os menino pequeno, porque ninguém ama os filhos da gente igual a gente, né? Principalmente a minha menina, eu tenho uma coisa com ela, sabe? que ela tem bastante problema que eu sei o que que é, né? As vezes, eu olho assim, a pessoa olha e não sabe, e a gente que é mãe, a gente sabe, né?"

A consciência de que a família "pobre" enfrenta muitas e muitas dificuldades para criar seus filhos, principalmente quando compara com a educação que os filhos dos ricos recebem . . .

"E hoje eu acho que é bem pior, criar os filhos hoje é bem mais difícil do que era antigamente. Eu acho que eu passo bem mais dificuldades do que minha mãe, nessa relação aí. Porque antigamente, os pobres, todo mundo era pobre, vivia igual, minha mãe criava de um jeito, eu sabia que a outra minha colega era a mesma coisa e hoje, os filhos da gente notam essa diferença maior. Os ricos que tem lugar de passear lugar de se divertir, podem se divertir bem, podem ir ao cinema, os filhos da gente não podem; pode, talvez, estudar em bons colégios, o da gente luta pra conseguir uma vaguinha no grupo, com muita dificuldade."

"Até mesmo para ser uma empregada doméstica", a mãe reconhece que

sua filha precisa da escola. Mas por outro lado reconhece como as suas condições de classe dificultam esta inserção e permanência na instituição escolar . . .

— "A escola pra meus filhos seria uma coisa muito interessante porque eu sinto muita falta da escola porque até em casa de família elas pede que a gente . . . né? precisa ter um pouquinho de leitura porque . . . é preciso mesmo pra poder resolver as coisa, a patroa sai, é preciso a gente ter um pouquinho de leitura, né? Eu não tenho leitura nenhuma, absolutamente. Então, eu preciso demais duma escola pros meus filho, né? Mais até . . . Pra mim tudo é difícil, até roupa pra eles são difícil, né? Caderno, essas coisas toda pra mim é dificuldade pra mim arrumar pra eles, né?"

Como que para negar o seu passado e o seu próprio presente, estas mulheres vislumbram, para seus filhos, um futuro melhor, que está intimamente atrelado à esperança do que a escola e o "ensino" podem fazer por elas . . .

"Agora na minha vida, eu penso o seguinte: Eu já sofri bastante, né? não vou querer assim uma vida igual eu levei pros meus filho. Igual eu falo pro meu marido, eu quero dar mais oportunidade pra eles do que eu tive, né? Igual às vezes a gente fala assim: "Não, eu não tive um estudo bom, não tive uma vida boa". Nem por isso que eu não vou dar uma vida boa pro meus filhos, né? Então, eu pretendo me esforçar o máximo pra poder eles estudar, ter tudo, pelo menos, mais bom, né, não uma vida assim mais triste igual eu tive. E igual meu marido também sofreu bastante, desde jovem, não tinha nem quatorze anos que ele trabalhava pra sustentar ele, mas ele tem pai e mãe, né? mesmo assim ele sempre quis lutar sozinho pela vida dele. E os menino, eu pretendo dar uma oportunidade melhor pra eles: ajudar, não desfazer deles, né? no que for possível dar uma chance."

No seu cotidiano, através do contato com as patroas e com os filhos da patroa, Rosa constata que seu filho, por ser pobre, tem um ensino fraco "dado" pelo Governo . . . Ainda que o fracasso escolar destas crianças seja justificado pela sua deficiência alimentar, quando a criança é inteligente isto não é problema . . .

"Ó, o ensino assim pra pobre, sabe? eu acho muito fraco, sabe? porque eu que trabalho nas casa, nessas casa, eu vejo aí, sabe? principalmente assim: Esse ano eu tava conversando com a minha patroa sobre isso, sabe? sobre o ano básico, " porque eu acho que deveria ter assim . . . o governo deveria ter uma base assim com os pobres de dar o "pré" pras crianças, sabe? pelo menos o "pré" porque, né, a criança já entra no grupo, né, sem nada, então, inda vai fazer o básico, né? inda vai, depois que vai isso, vai atrasar a criança, se for um rapaz, pro exército, né? isso vai atrasar ele pro exército, vai complicar a vida dele mais tarde; se ele não tomar nenhuma bomba, quando, se tiver fazer um curso, quando ele tiver com dezoito anos, isso vai prejudicar ele, né? — o filho do pobre — porque o filho do rico paga o particular. Então, o ensino assim em geral, na base pro pobre, eu acho muito fraco, né? Eu não aceito esse negócio: básico, depois vai pro primeiro, depois vai pro segundo, isso atrasa a criança. Porque se tivesse assim um base assim todos os ensinoss fossem iguais, né? — é lógico, não poderia ser porque filho do pobre é mais pobre, não come assim, né, muitas coisas, né? — a gente também tem que ver isso, né? Mas a criança, quando é inteligente, ela não precisa de ficar nessa assim: básico, depois vai pro primeiro ano, depois vai pro . . . Porque, igual a Soninha, ela fez o "pré", né? ela fez o "jardim" tudo direitinho; agora ela já era pra ter ido pro segundo ano, a professora falou assim: "Ela tá boa, ela tá tudo bem, mas eu não posso passar ela pro segundo ano, ela tem que ficar no primeiro. "Eu falei assim: Ela vai perder mais um ano", né? e isso não é bom pra criança. Pra menina mulher, tudo bem, mas e pro homem, quando ele tiver na idade, né? Não tá bom não, sabe, Assim o ensino em geral assim pro pobre, agora pro rico não, né . . .

* Essa mãe se refere ao Ciclo Básico do ensino de 1º Grau em Minas Gerais. A SEE define o Ciclo Básico como sendo os dois primeiros anos que a criança passa na escola para se alfabetizar. Da 1ª para a 2ª série não há reprovação. Os alunos devem cumprir os programas das duas séries em dois anos, mas sem a preocupação de que a alfabetização se complete no 1º ano.

Neste contexto de vida, a creche torna-se imprescindível no cotidiano destas mulheres. Seu significado e importância é dimensionado pelas suas próprias palavras:

"Eu preciso muito dessa creche porque eu sou mãe pobre, moro há pouco tempo aqui em Belo Horizonte, e necessito muito dessa

creche porque eu luto sozinha pra tratar de sete filho. Trabalho cinco dias da semana na faxina."

"A creche pra mim, ela representa assim, né o segundo lar pros meus filhos, né? porque eu tenho que trabalhar, né que eu sou pobre, eu tenho que trabalhar pra poder ajudar o mando em casa, né?"

"A creche é muito importante, né, igual, se não tivesse essa creche aqui, como é que eu ia poder trabalhar, né? Eu deixava os meu menino com a minha madastra pra olhar, a gente chegava em casa, a menina falava... eu tenho uma filha que sempre foi muito esperta, falava pra mim: "Ó mãe, a vó não deu papá não." Eu ficava louca com aquilo; pagava ela, né, direitinho, dava de tudo também, né? mas não olhava e eu ficava tão preocupada."

A importância da creche pra estas mulheres e para o bairro decorre, fundamentalmente, de um mínimo de segurança de que elas precisam cercar seus filhos durante sua ausência:

"É importante, porque tem muitas mães que trabalham, deixam os filhos em casa acontece muitas coisas com os filhos, criança que mexe, vai tentar ligar o fogão, queima, a mãe não está em casa. Eu já vi muito menino ali perto da farmácia telefonando, falando, telefonando pro serviço da mãe dizendo que o menino quebrou o braço. Porque a mãe não está em casa, deixa o menino em casa sozinho, aí acontece essas coisas. É importante ter a creche no bairro."

Na relação das funcionárias da creche (coordenadora, monitoras e merendeiras) com as crianças fica presente a sua relação afetiva com elas e mais do que isso, a cobrança da ausência e omissão das mães das crianças...

"Na medida em que nós aqui da creche, eu pelo menos, estou bem consciente daquilo que estou fazendo; eu tenho certeza daquilo que eu quero, e as crianças pra

mim, é como se fossem filhos, eu tenho verdadeiro amor por elas, as vezes a gente quer chamar a atenção, talvez, tem hora que a gente é obrigada a dar até um grito com elas, aí, meu Deus, se alguém lá de fora chamar atenção delas, nos estrepamos, e acha ruim mesmo.

É como se fossem realmente filhos, eu sinto assim. Agora, só gostaria que as mães das crianças participassem mais, sentissem mais isso com a gente, sentissem esse carinho que a gente tem pelas crianças."



ALGUMAS CONCLUSÕES

No momento de organizar algumas conclusões sobre a pesquisa realizada, voltamos ao título do nosso trabalho e nos perguntamos: "afinal, qual é o papel do pedagogo junto aos movimentos populares?"

Talvez pelo tipo de demanda inicialmente verbalizada (e que não coincidia com a demanda explicitada durante o processo), e pelos ranços consequentes da nossa formação – de reduzir o pedagógico ao escolar – o projeto de pesquisa foi elaborado tendo como um dos principais objetivos a capacitação das monitoras e a sistematização de uma proposta pedagógica, que atendessem às reais necessidades das crianças que freqüentavam a creche.

A preocupação com esses pontos fez com que reduzíssemos em alguns momentos o âmbito da nossa atuação, colocando a creche como um fim em si mesma, e perdendo a dimensão do movimento do grupo pesquisado, na sua contraditória condição de classe.

Com a continuidade do trabalho constatamos que, ainda que fosse muito importante um acompanhamento sistemático do desenvolvimento das crianças e da atuação pedagógica das

monitoras, a própria situação do grupo demandava, de nossa parte, uma preocupação maior com questões mais amplas que constituíam a sua própria condição de sobrevivência, enquanto grupo de mulheres que se articulam e se organizam na busca de soluções para seus problemas cotidianos.

Ainda que não perdêssemos a dimensão pedagógica específica, passamos a priorizar o fortalecimento desse grupo, enquanto classe trabalhadora, e a reconhecer no seu processo a possibilidade de produção de um saber que é fruto de um trabalho coletivo, num espaço de auto-afirmação, no qual aquelas mulheres se sintam sujeitos do seu processo.

Assim, as reuniões de "planejamento pedagógico" eram "invadidas" por questões relacionadas às condições de sobrevivência daquelas mulheres e das crianças com suas famílias, envolvendo moradia, política de atendimento de saúde do Estado, redes de água e esgoto, transporte coletivo, relação com a Prefeitura local na pessoa de seus funcionários, Prefeito e vereadores, e principalmente a luta da creche pela sua sobrevivência junto aos órgãos oficiais (Secretaria de Educação do Estado/Município, Secretaria do Trabalho, SERVAS, LBA, etc.), tanto no

que se refere à sua infra-estrutura, quanto à remuneração do pessoal envolvido.

CAMPOS (1985) nos mostra como a:

"reivindicação por creches-escolinhas apresenta um contorno particular entre as demandas por educação escolar nesta região: não se constitui imediatamente como uma reivindicação dirigida ao Estado. É um movimento de moradores, mais especificamente de mães que buscam inicialmente, com seus próprios recursos, atender à necessidade deste equipamento social, premidas pela necessidade de integração crescente das mulheres no mercado de trabalho."

Esta luta tem sido pesada e muito desgastante! Os grupos de mulheres que se dispõem a criar essas instituições sabem que não podem contar inicialmente com nenhum auxílio dos órgãos assistencialistas do Estado

Os órgãos oficiais só liberam verbas e ajuda material após o registro da creche exigindo para isso o *"cumprimento de inúmeras e dispendiosas tarefas burocráticas. Conduzem, além disso, à dependência de promessas que muitas vezes não são cumpridas e ao desvirtuamento da perspectiva inicial do trabalho comunitário... Esta relação assistencialista do Estado, fornecendo auxílio material ou funcionários, se dá sempre acompanhada da exigência da gestão sobre o equipamento. A política partidária também intervém, através do clientelismo e da manipulação tradicionais."*⁴

A remuneração do pessoal envolvido é um dos pontos mais presentes em qualquer reunião, seja de cunho pedagógico ou administrativo. A luta é contínua junto à Secretaria do Estado do Trabalho e ao Departamento de Educação da Prefeitura local, a fim de conseguir pelo menos uma "gratificação", sem contar que os funcionários da creche trabalharam no início do seu funcionamento, durante meses, sem receber nenhuma remuneração, porque além de as taxas que as crianças pagavam serem mínimas, a grande maioria nem isto podia pagar.

A discussão desta questão suscitava a análise do grupo sobre o trabalho voluntário. Sua concepção, envolvendo uma adesão às propostas surgidas, sem remuneração, era criticada como

"uma proposta de gente de fora que vem com essa conversa prá cima de nós, mas recebe de dois ou três órgãos do governo"...

"Eles falam que a pessoa tem que trabalhar por amor, em ação solidária, mais acontece, que quando a gente vai comprar alguma coisa, a gente precisa do dinheiro, a gente não chega lá e fala, eu quero comprar um quilo de arroz, estou precisando de um remédio, você me dá aí porque eu sou voluntária, eles não olham isto. Porque a gente trabalha por amor, nós sabemos disso, o pouco, se a gente conseguiu, não vai ser aquele tanto que vai suprir as nossas necessidades, mais se viesse só um pouquinho, pouco que fosse, mais garantido, já dá, o resto a gente vai tentar aí com o amor que a gente tem pela comunidade."

Essa proposta pode ser interpretada como uma falta de consciência da comunidade, do seu poder enquanto grupo, e como alienação em relação a um projeto de participação popular.

No desenrolar da pesquisa coletamos dados que nos levaram a uma leitura diferente da postura desse grupo pesquisado. Constatamos que é justamente a sua consciência política de cidadão que leva esse grupo de mulheres a exigir do Estado uma remuneração — ainda que neste momento só a consigam em nível de uma gratificação — pela reprodução da força de trabalho, considerando que a afirmação da mulher da classe operária passa basicamente por esse processo educativo, enquanto responsável por essa tarefa na divisão de papéis, no interior de sua classe.

As referências desse grupo de mulheres à vida política da nação se concentram basicamente em dois níveis: Governo Federal e Estadual e a Prefeitura local. Esta última está bem mais próxima e presente no cotidiano destas pessoas e suas expectativas são mais concretas em relação às melhorias do bairro. Questionam quando vereadores, Prefeito e funcionários não defendem seus interesses, não se fazendo seus representantes. A possibilidade de melhoria está fortemente ligada à pessoa do Prefeito e de alguns vereadores, bem como a distribuição de verbas estaduais que passam pela Administração Municipal. Assim, a análise desta tem como ponto básico a correlação de forças dos vários partidos políticos e a tentativa de estabelecer uma relação assistencialista e cliente-

lista, por parte de alguns políticos, com os moradores do bairro.

A avaliação da administração municipal depende muito da relação da Prefeitura com o bairro onde moram, da comparação com os benefícios recebidos pelos bairros mais centrais.

Quanto ao Governo Federal e Estadual, estes se apresentam como muito distantes do seu cotidiano, apesar de responsabilizá-los pelo alto custo de vista, pelo baixo índice salarial e o aumento da inflação. No entanto, não se visualiza nenhuma forma de influir:

"nesse governo tão distante. Não parece haver nenhuma mediação entre esse nível de Estado e a população em geral, a exterioridade é completa. O discurso é vago e vazio" (DURHAM — 1986)

Comentam que os deputados só os procuram em suas campanhas políticas, à cata de votos e com promessas que são realmente "tentadoras", relativas às melhorias do bairro e condições de vida de um modo geral.

Finalmente, dentre os pontos de reflexão que esta pesquisa nos proporcionou, acreditamos ter apreendido algumas contribuições quanto ao papel do pedagogo junto às classes populares, no âmbito da escola e fora dela.

Numa concepção tradicional de pedagogia, o pedagogo define previamente o seu papel ("ele é a escola e a escola é dele" ...), tendo como matriz de delimitação do seu campo, principalmente, a natureza acadêmica desta instituição.

4. CAMPOS, R. C. A Luta dos trabalhadores pela escola, (tese de Mestrado) FAE/UFMG, 1985 (p. 115) (mimeo.).

5. DURHAM, E. R. A. Sociedade vista da periferia. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 1, vol. 1, jun. 86, (p.93). Vários pontos deste item coincidem com o trabalho desta autora, o que nos leva a concordar com ela que há "uma grande uniformidade no que diz respeito a valores fundamentais, hábitos, gostos e aspirações que parecem caracterizar o conjunto dessa população. Isso não é surpreendente. Podemos, com efeito, supor que as forças sociais que modelam a transformação da sociedade brasileira tendem a produzir, para os setores mais pobres da população urbana, condições de existência muito semelhantes." (p.83)

O contato com grupos comunitários, que se fortalecem através de seus movimentos populares, nos mostrou que a direção do nosso trabalho teria que ser definida pela própria prática destes grupos, a qual é fruto de um movimento social dinâmico, contraditório. A assessoria pedagógica teria que considerar, forçosamente, a dinamização das relações sociais que se dão no interior desses grupos, e de sua relação com o sistema político, econômico e social vigente no país.

Nessas relações sociais, as condições de sobrevivência e, basicamente, sua situação de classe trabalhadora explorada pelo capital, norteiam a prática desses grupos. Através de fragmentos de sua história de vida, de seus depoimentos e de sua atuação percebemos que estes grupos colocam esses movimentos na totalidade de sua condição de classe.

"Há 5 anos atrás entrei na comunidade, seguindo o evangelho, minha cabeça foi caminhando. E eu vi que toda dificuldade que a gente passa na vida, isso não é vontade de Deus, é por causa de outros, e por causa da sociedade. Aí eu entrei nos movimentos, todos os movimentos que existem no bairro eu dou minha participação, porque é um jeito da gente, pelo menos levar os outros à consciência de que tem que lutar por seus direitos, é isso que eu procuro fazer aqui no bairro".

O pedagogo que no seu trabalho junto aos grupos populares não perceber esta dimensão, corre o risco de fazer uma leitura distorcida da realidade e de, conseqüentemente, ter uma atuação marginalizada, que não contribui para o fortalecimento dos trabalhadores num projeto de classe.

Estas observações não se restringem aos pedagogos que atuam com as classes populares no campo exterior à instituição escolar. Pelo contrário, acreditamos que os conhecimentos adquiridos nos contatos e reflexões com esses grupos é que nos dão condições de refletir sobre o papel da escola enquanto instituição social, e, mais especificamente, o papel do pedagogo no interior desta instituição. Faltam-nos dados sobre essa criança que frequenta a escola pública, principalmente dados referentes ao seu cotidiano e de sua família, de suas relações sociais e de trabalho, que se concretizam no indivíduo.

O pedagogo, dentro da escola, parece jamais se dar conta de que, nas lutas dos pais dos alunos, podem-se encontrar pistas para se delinear (e praticar) um tipo de escola que fortalecerá a classe trabalhadora.

Os trabalhadores vêm com clareza, quando reivindicam uma escola qualitativamente melhor para seus filhos, que lhes permita aprender mais facilmente o que só conseguiram em suas penosas lutas.

A Escola não se dá conta do educativo que existe "lá fora", no seio da comunidade em que trabalham e que vai forjando, fortemente, as necessidades de seus alunos. É cada vez maior o descompasso entre a escola real e a escola necessária.

No nosso trabalho, percebemos um componente educativo permanente, na relação de troca entre as mães e nós.

A nossa primeira preocupação foi a de ajudar no que fosse necessário para a instalação da creche com, pelo menos, o mínimo de dignidade humana e respeito à criança. Desenvolvemos, juntamente com o grupo de mães, atividades que desencadearam aprendizagens de organização do grupo e da entidade jurídica da instituição: lidar com estatutos, atas, direção de reuniões, assembleias; participação de reuniões em órgãos públicos e transmissão do conteúdo das mesmas etc. O trabalho pedagógico com as crianças em grupos, idades diferentes, orientadas para aprendizagens formais em situações adversas, também constituiu aprendizagem de ambos os grupos.

Há uma força, que se percebe como um componente educativo, na conquista de organizações, no estabelecimento de sua identidade, no seu vicejar e crescer, que a escola simplesmente desconhece.

Há um educativo, que a escola também ignora, no processo de formação da comunidade, nas origens dos pais das crianças, e de suas aspirações.

O pedagogo na escola está interessado na pedagogia universal que ele traz em sua formação e tenta encaixá-la na realidade com que trabalha. Jamais a escola se indaga sobre seu papel na totalidade da vida operária. E como o fará, se ela desconhece a vida dos pais trabalhadores a que pertencem seus alunos?

A escola passa ao largo das organizações e associações comunitárias e nem mesmo percebe o educativo do saber organizar-se.

Seria necessário que a Escola também fizesse parte do movimento de organização comunitária, participante, presente, disposta a aprender.

Acreditamos ser esse um dos caminhos na busca de um projeto alternativo de escola, que faz parte de uma luta mais ampla por condições mais humanas de vida, e de afirmação do projeto político de uma classe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROYO, M.G., "O Direito do Trabalhador à Educação". IV CBE, Goiânia, 1986. (Mimeo)
- ARROYO, M.G., DAYRELL, J.T., "Creche Comunitária (Reflexões sobre a pedagogia popular)", in *Revista de Educação da AEC*, Brasília, nº 61, Ano 15, jul-set/86. (p. 68-81)
- CAMPOS, R.C., "A luta dos trabalhadores pela escola". FAE/UFMG, Mestrado, 1985. (Mimeo)
- DURHAM, E.R., "A Sociedade vista da periferia". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Belo Horizonte, nº 1, vol. 1, jun.86. (p. 93-99)
- GARCIA, C.L.L.M. e outros. "Conceito de Comunidade nas definições de currículo". CEDES, São Paulo, nº 13, 1984
- MELLO, S.L., "A sobrevivência no campo e na cidade, segundo o relato de mulheres da periferia". São Paulo, USP, 1985 (tese de Livre-Docência em Psicologia Social)
- SENNA, M.G.C., *Orientação Educacional no Cotidiano das 1ªs séries do 1º Grau*, SP, Loyola, 1985.